

Clusters, Arranjos Produtivos Locais, Distritos Industriais: Reflexões sobre Aglomerações Produtivas

Clusters, Local Productive and Innovative Systems, Industrial Districts: Foundations of Regional Agglomeration Studies

*Gláucia Maria Vasconcellos Vale**
*José Márcio de Castro***

Resumo: As reflexões correntes sobre desenvolvimento e competitividade vêm destacando, na temática regional, as aglomerações produtivas. Nesta área, em particular, a literatura é ampla e diversificada, resultante de diferentes vertentes de reflexões. O desconhecimento acerca das diferentes perspectivas aí existentes tem levado a erros de interpretação, à utilização imprecisa de conceitos e a pesquisas empíricas equivocadas. O presente artigo, elaborado a partir de uma ampla análise e revisão crítica da literatura, procura trazer contribuições nesta área. Apresenta, de maneira estruturada, as origens das principais perspectivas teóricas sobre aglomerações produtivas e elabora, a partir daí, uma tipologia de análises na área, destacando: a influência das proposições oriundas da economia regional, da organização industrial e das novas vertentes institucionalistas. Mostra as interações entre competitividade e as distintas abordagens sobre desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: Aglomerações produtivas locais. Tipologias de análises. Competitividade.

Abstract: The current literature on development and competitiveness points out the issues of industrial agglomerations. In this field, in particular, the academic production is rich, wide and diversified as a result of different streams of thoughts. It evolved from distinct windows of observation and perception and translated through singular sets of premises and derived theoretical statements. The researcher can only ignore such distinctiveness at her or his own peril, facing the dangers of misinterpretation of concepts or faulty lines of research. These pitfalls, in turn, can be avoided by sound analytical foundation. This paper is such an attempt and contribution, as it brings to the fore, analytical typologies relevant

* Professora do PPGA/PUC MINAS (Mestrado e Doutorado) e Coordenadora do NUPERE- Núcleo de Pesquisa em Empreendedorismo e Redes Empresariais/CNPQ. Email: galvale@terra.com.br
** Professor do PPGA/PUC MINAS (Mestrado e Doutorado). Email: josemarcio@pucminas.br

to the field of studies, such as the contributions of regional economy, the contributions of industrial organization and the institutionalism approaches. It shows the relations between competitiveness and these new territorial approaches.

Keywords: Local industrial agglomeration. Analytical typologies. Competitiveness.

JEL Classification: M2; M21.

1 Introdução

O fator regional passou a ser considerado, sobretudo nas três últimas décadas, uma fonte importante de vantagens competitivas, tanto das empresas como das nações (PORTER, 1980; 1999; 2003). Nesse contexto, o território passa a ser vislumbrado como um grande complexo produtivo e o foco de interesse desloca-se do âmbito da empresa, vista isoladamente, para um conjunto de empresas, localizadas em um mesmo território. A preocupação com a dimensão local dos sistemas globais de produção traz, para o cerne das análises, a necessidade de identificação de fatores capazes de gerar configurações produtivas com desempenho diferenciado. Várias contribuições teóricas, de distintas naturezas coexistem, nesta área, interagindo com um rico e variado acervo de estudos empíricos. A literatura corrente é ampla e diversificada, com contribuições oriundas de várias áreas de conhecimento e apresentando distintas vertentes de análise. Cada uma das vertentes alimenta-se, de maneira explícita ou não, de um conjunto de diferentes premissas e proposições teóricas, representando, muitas vezes, distintas janelas de investigações. Tal é o caso, por exemplo, de conceitos robustos, como, por exemplo, “arranjo” ou “sistema produtivo e inovativo local”, utilizado pela Redesist no Brasil, ou de “*milieux*” inovadores – utilizado pelo grupo GREMI, na França, ou do “distrito industrial”, amplamente usado pelos herdeiros diretos de Marshall, particularmente na Itália, ou da ênfase no conceito de “cluster”, valorizado com os trabalhos de Porter.

Os desconhecimentos das diferenciações conceituais aí existentes têm levado alguns pesquisadores a incorrerem em erros de interpretação, em utilização inadequada e imprecisa de certos conceitos e na realização de pesquisas empíricas equivocadas. Uma melhor compreensão das origens do pensamento na área, das reflexões que estão influenciando as análises correntes sobre aglomerações produtivas é de fundamental importância. Tais reflexões abrem promissoras perspectivas de construção de novos conhecimentos voltados para a temática da reestruturação produtiva, das novas conformações organizacionais e das novas formas de gestão que privilegiam a prática da cooperação e da competição ao nível interorganizacional. Esse resgate pode permitir, também, avançar em temas hoje tão caros aos estudiosos das organizações, tais como, gestão territorial,

governança local, redes territoriais, configurações institucionais, custos de transação e competitividade empresarial. O presente artigo, fruto de uma intensa análise e revisão crítica da literatura, procura contribuir para o campo de estudos sobre aglomerações de empresas, ao identificar algumas perspectivas teóricas existentes e elaborar, como decorrência, uma tipologia de análises sobre as aglomerações produtivas locais. Emergem, a partir daí, conceitos amplamente utilizados na literatura corrente, como *clusters*, distritos industriais, sistemas inovativos e arranjos produtivos locais.

A pesquisa sobre as origens das proposições correntes permitiu caracterizar, inicialmente, seis vertentes teóricas, a saber: I) a vertente neoclássica do desenvolvimento regional; II) as preocupações com o desenvolvimento e os desequilíbrios regionais; III) as vertentes institucionalistas; IV) a influência de Schumpeter nas contribuições de Perroux; V) as vertentes herdeiras das tradições marshallianas; e, VI) a influência da sociologia econômica. Analisando-se a evolução do pensamento na área, pode-se constatar que tais blocos deságuam em três grandes conjuntos teóricos sobre a temática das aglomerações produtivas: I) as análises regionais de inspiração neo clássica; II) as análises regionais de inspiração institucional; III) as análises regionais sobre organização industrial. Tais conjuntos caracterizam uma tipologia de análise sobre aglomerações produtivas. Segundo Bruyne, Herman e Schoutheete (1977), as tipologias contribuem para a edificação de um quadro conceitual amplamente descritivo, com capacidade de generalizações empíricas.

A elaboração de uma tipologia de análises sobre aglomerações produtivas é de fundamental importância para os estudiosos do fenômeno, pois permite a eles entenderem quais as consequências de escolhas teóricas prévias no âmbito de seus estudos e pesquisas ou, mais precisamente, obter uma percepção ontológica e epistemológica a guiar suas escolhas. Nestes termos, uma tipologia permite sinalizar, ao analista, caminhos possíveis de investigação, permitindo-se avançar com mais segurança em um espaço que solicita, cada vez mais, sua atenção. Distintas concepções teóricas situam-se na origem de cada uma das vertentes, como será visto a seguir.

Ao longo da apresentação da evolução das contribuições teóricas, será possível observar como vai ocorrendo uma maior convergência entre contribuições originárias das teorias econômicas e das teorias das organizações. À medida que a teoria avança no tempo (afastando-se do enfoque original, centrado em análises espaciais de fundamentação neoclássica), passando por uma preocupação mais centrada nas conformações produtivas e na organização industrial e, finalmente, chegando às abordagens de natureza mais institucionalista, nota-se que o papel dos analistas organizacionais vai se tornando mais proeminente.

2 Os Desafios na Construção de uma Tipologia

A tentativa de captar e sistematizar parte da ampla literatura que caracteriza algumas das principais vertentes correntes de investigação sobre aglomerações produtivas – distinguindo diferentes tipos de análise e elaborando, a partir daí, uma tipologia de análises – é uma tarefa crítica. Um dos desafios é a dificuldade de caracterizar, de maneira adequada, algumas das principais linhas de influência teórica presentes em cada uma das abordagens, pois existe uma grande interpenetração entre elas. Há o risco de se valorizar certos pontos ou atributos de uma determinada construção teórico-conceitual, em detrimento de outros, para permitir certa coerência analítica. Outro problema, parcialmente associado ao primeiro, diz respeito aos riscos de simplificação, de omissão ou, mesmo, de valorização ou subestimação de algumas contribuições. Tal iniciativa, no entanto, reveste-se de fundamental importância, pois permite sinalizar, aos interessados na área, os caminhos possíveis de investigações.

2.1 A Vertente Neoclássica do Desenvolvimento Regional e a Contribuição de Isard

A preocupação com os temas das conformações organizacionais e espaciais vem alimentando estudos no contexto da economia, da sociologia e da teoria das organizações. A temática da localização espacial das atividades produtivas aí inserida atraiu, desde muito cedo, a atenção de pensadores econômicos, a começar por Ricardo. No entanto, a dimensão espacial do desenvolvimento ficou, ao longo de dois séculos que marcam a evolução do pensamento econômico, negligenciada, a despeito de algumas contribuições relevantes, geradas pela Escola Alemã. Esta temática foi, em meados do século XX, introduzida, de forma intensa, na literatura, por meio dos trabalhos seminais de Isard (1956; 1969), que cunhou o termo *regional science*, resgatou a literatura passada, sintetizou e ampliou o conhecimento disponível, abrindo uma nova vertente de reflexão em economia.

A literatura sobre crescimento e desenvolvimento econômico evoluiu, significativamente, durante o século XX, a partir da publicação da obra clássica de Walter Isard (1956), *Location and space economy*. Esta publicação foi revista e ampliada, posteriormente, na sua *General Theory* (1969), uma tentativa de síntese das ideias existentes na área e concepção de uma teoria geral do desenvolvimento. Isard (1956; 1969), interessado nas análises urbanas e regionais, procura incorporar, em sua teoria geral, as demais disciplinas das ciências resgatando, sobretudo, a contribuição da geografia econômica alemã do século precedente, incluindo Von

Thünen (1966), Lössch (1954) e Weber (1957), preocupados com o tema da localização espacial.

Algumas das proposições decorrentes de Isard (1956; 1969) influenciaram, direta ou indiretamente, boa parte das reflexões posteriores. Entre seus herdeiros mais diretos situa-se Paul Krugman (1998), com a teoria do comércio internacional. As novas teorias sobre especialização e comércio internacional buscam explicar a concentração geográfica de certas atividades produtivas, retomando o conceito de escala econômica que afetaria a produção de bens finais e intermediários, gerando um padrão desigual de dominação de mercado e de inserção internacional.

As reflexões clássicas sobre desenvolvimento, localização e distribuição das atividades produtivas, reformuladas e ampliadas por Isard (1956; 1969), encontraram ampla aceitação nas análises econômicas. Tais concepções, inseridas no escopo da abordagem neoclássica, são coerentes com a visão da empresa como um agente de otimização de lucros e do agente econômico como um decisor racional, que busca, a todo momento, a melhor satisfação de suas necessidades.

2.2 As Preocupações com o Desenvolvimento e os Desequilíbrios Regionais

Muitos analistas, sobretudo no pós-guerra, embora reconhecendo a contribuição dos clássicos para a teoria do crescimento econômico, passaram também a compreender melhor as limitações e restrições do mercado e a observar as assimetrias e o desequilíbrio no processo de crescimento, incorporando progressivamente em suas análises outras concepções e preocupações, que vieram a caracterizar a chamada “economia do desenvolvimento”, que trouxe importantes reflexões e contribuições, sejam diretas ou indiretas, para a temática da economia regional.

Diferentemente das doutrinas prévias de crescimento econômico que, de maneira explícita ou não, giravam em torno do mundo desenvolvido, este conjunto teórico buscou contrapor realidades contemporâneas, mas não coetâneas, examinando as dinâmicas alternativas de desenvolvimento destes subsistemas e trazendo, como questões centrais de análise, o subdesenvolvimento em contraposição ao desenvolvimento; a temática do crescimento em contraposição a temas como pobreza e dualidade; a problemática centro-periferia; as condições desiguais dos termos de troca no comércio internacional; as múltiplas dimensões de um processo de desenvolvimento, dentre outros. Vários pensadores buscaram adotar uma visão mais holística e integrada dos processos econômicos. Entre eles, destacam-se, na linha do desenvolvimento espacial, mesclada com uma proposta de natureza regulacionista e intervencionista, como Myrdal (1960) e Hirschman (1984) e a postulação da intervenção do Estado como

fundamental, para conter as forças de mercado que tenderiam, de outra maneira, a acentuar as desigualdades regionais.

Myrdal (1960) introduz o princípio da “causação circular e cumulativa”, de onde derivam os conceitos de “círculo vicioso” e de “círculo virtuoso” do desenvolvimento, amplamente utilizados na literatura corrente. Hirschman (1984) também traz inúmeras contribuições fundamentais para a análise do desenvolvimento. Entre elas, destaca-se seu princípio do *backward and forward linkages* (efeitos a jusante e a montante).

As preocupações, de natureza acadêmica ou política, associadas ao tema do desenvolvimento regional, encontraram solo fértil na América Latina e consolidaram-se em uma série de contribuições de diferentes pensadores associados à CEPAL, desde sua criação, na década de 1940, incorporando aspectos analíticos, históricos e, sobretudo, de política econômica e social. Defendem uma proposta de desenvolvimento socioeconômico centrada nos temas da diversificação produtiva e redução das desigualdades regionais, setoriais e sociais, via mobilização interna de recursos e utilização adequada do aparato institucional. Salientam, entre outras coisas, a importância do planejamento regional participativo, o caráter endógeno e localizado do processo de desenvolvimento e a necessidade de organização e de mobilização da sociedade local em prol de uma agenda de desenvolvimento e de defesa dos interesses coletivos.

Várias das questões vinculadas ao corpo teórico-conceitual da economia do desenvolvimento foram, de certa forma, introduzidas nas discussões e reflexões correntes sobre desenvolvimento como um processo endógeno, equilibrado e sustentável, onde se destacam, entre outros, Sachs (2004), Sen (2002), Meier e Stiglitz (2002). Sobre a prática recente do desenvolvimento local no Brasil, ver, por exemplo, Paula, (2004), Vale (2004; 2006; 2007a; 2007b) e Fisher (2002).

2.3 A Vertente Institucionalista e suas Distintas Contribuições para a Abordagem das Aglomerações Regionais

A escola designada institucionalista abriga, no seu interior, diferentes perspectivas teóricas (PONDÉ, 2005). Nesse contexto, duas concepções teóricas são de particular interesse do presente trabalho: a teoria dos custos de transação, como desenvolvida por Williamson, e as abordagens dos sistemas produtivos e inovativos locais, que associa elementos da economia evolucionária com proposições originárias de Schumpeter. Ambas apresentam contribuições relevantes para o estudo da concentração espacial das atividades econômicas.

2.3.1 Os Institucionalistas e a Teoria dos Custos de Transação

Como salientado por Grindle (2001), a perspectiva da neo-economia institucional procurou gerar uma compreensão mais abrangente sobre a forma como contextos institucionais emergem, persistem e se alteram. Uma importante contribuição surgiu com as reflexões sobre formas de governança (mercado, hierarquia e modelos híbridos) e com a proposição de que toda troca envolve custos de transação. No contexto econômico todo custo de transação – como, por exemplo, os associados à necessidade de obtenção de informações ou de controle de contratos – reduz a eficiência das relações de troca. O grande expoente deste tipo de análise é Williamson (1975; 2005), com a Teoria dos Custos de Transação, com profundas repercussões nos estudos organizacionais, em áreas como redes organizacionais, cadeias de suprimentos, franchising, dentre outras. Nesse contexto, a cooperação que se estabelece entre as empresas é captada e analisada no âmbito de uma noção estrita de racionalidade econômica. É entendida como uma forma encontrada por um ator racional – no caso, a empresa – para minimizar custos indesejáveis de transações que poderiam advir caso ele atuasse de maneira isolada e não cooperativa, no contexto de um ambiente hostil, dinâmico e imprevisível.

As empresas, buscando minimizar os custos de transação relativos a fatores de produção especializados, seriam, de certa forma, induzidas a estabelecer uma fronteira ótima entre as atividades que controlam por meio de processos de integração e aquelas onde é preferível recorrer a transações no mercado. Firms e mercados são entendidos como formas alternativas de coordenação das atividades econômicas. Existem situações em que certas características e vantagens da “organização interna” em relação às “trocas realizadas no mercado” podem ser obtidas sem, necessariamente, propriedade ou verticalização, dando origem às estruturas híbridas de governança. Estas estruturas vão desde as mais formais – tais como contratos de fornecimento e franchising – até as mais informais – como, por exemplo, o compartilhamento de informações, o trabalho conjunto, a cooperação, as redes empresariais. A produção passa a ser concebida como um conjunto específico de transações que requerem um arranjo organizacional adequado à sua realização, de forma mais eficaz. Ao longo do tempo, os agentes ajustam o formato de suas estruturas organizacionais, com o propósito de minimizar os custos de transação, gerando estruturas de governança específicas (WILLIAMSON, 1975; 2005).

Embora Williamson (1975; 2005) não tivesse uma preocupação particular com a dimensão regional da análise, os conceitos associados à teoria dos custos de transação foram incorporados em várias vertentes de análise

sobre aglomeração produtiva, em particular no contexto da corrente da organização industrial. A aglomeração produtiva competitiva é visualizada como um espaço territorial onde atores produtivos distintos buscam a interação e a cooperação, visando reduzir seus respectivos custos de transação, no presente e no futuro, e gerando, a partir daí, uma dinâmica territorial própria.

2.3.2 O Resgate de Schumpeter na Proposta Evolucionária dos Sistemas Nacionais de Inovação e em Outras Abordagens

A percepção de que o mundo está entrando em uma nova era, caracterizada por um novo paradigma tecnológico, baseado na microeletrônica e nas novas tecnologias de informação e comunicação, permeia as preocupações dos economistas evolucionários. No âmbito das nações, tal transição radical traz novas implicações para o processo de desenvolvimento, que dependerá não apenas de condições macroeconômicas, mas, sobretudo, de fatores organizacionais e culturais e da capacidade de adaptação e inovação das instituições locais. Entre seus expoentes situa-se Lundval (1988), com trabalhos seminais sobre mudança tecnológica e desenvolvimento organizacional.

A base de inspiração está em Schumpeter (a vinculação entre inovação e crescimento econômico), mesclados com proposições de Simon (as noções sobre comportamento humano e organizacional) e a teoria evolucionária de Darwin (conceito de ambiente e seleção natural). Por outro lado, Simon e March (1958) questionaram a noção então dominante de racionalidade, demonstrando suas inúmeras limitações no contexto organizacional e cunhando o conceito de “racionalidade limitada”. A influência de Darwin permitiu o nascimento de uma nova vertente de análise, caracterizada como “ecologia organizacional” (ver BAUM, 1999).

A associação dessas abordagens gerou uma nova concepção para a temática do crescimento e da competitividade. As correntes associadas à temática do Sistema Nacional de Inovação situam-se nesse contexto. Surge daí o conceito de “sistemas produtivos e inovativos locais” (SPIL), de onde deriva o conceito de “arranjos produtivos locais” (APL), utilizado pela RedeSist no Brasil. Os SPIL caracterizam conjuntos de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, desenvolvendo atividades econômicas correlatas e que apresentam vínculos expressivos de produção, interação, cooperação e aprendizado. Tais sistemas, segundo a RedeSist, seriam resultantes da evolução histórica, vinculada a um processo de formação da própria identidade do território onde se inserem. São caracterizados, também, por uma dimensão territorial; por um escopo de diferentes atividades e distintos atores econômicos, políticos e sociais aí presentes; pela presença de conhecimento tácito; por processos de inovação

e aprendizagem interativos; mecanismos de coordenação das atividades (governança) e por um certo grau de enraizamento das atividades na comunidade local (REDESIST, 2004). Um dos mais bem sucedidos exemplos desta nova abordagem encontra-se no aparato teórico-conceitual, de grande valor prescritivo, desenvolvido pelo grupo RedeSist, sediado na UFRJ.

Esta escola distingue-se por seu esforço de compreensão dos impactos do processo de inovação tecnológica, do conhecimento tácito e do aprendizado interativo no desempenho de um sistema produtivo e pela ênfase na concepção de um conjunto de medidas prescritivas capazes de estimular o desenvolvimento (ver, por exemplo, CASSIOLATO; LASTRES, 2003; LASTRES; CASSIOLATO; ARROIO, 2005). Os estudos empíricos promovidos por esta escola encontram-se em plena evolução, inclusive no Brasil, gerando um rico e diversificado conjunto de referências para o tratamento do tema da inovação, da competitividade e do desenvolvimento em diferentes contextos regionais e espaciais.

Mas a influência marcante de Schumpeter também se faz sentir em uma outra vertente teórica, associada a um conceito desenvolvido pelo *Groupe de Recherche Européen sur les Milieux Innovateur* (GREMI), que reúne analistas regionais, sobretudo da França, Itália e Suíça, destacando-se, entre outros, Aydalot (1996) e Maillat (1995). Este grupo cunhou o conceito de *milieux innovateurs* (ambientes inovadores), dirigindo seu foco de atenção para a análise das externalidades de natureza tecnológica decorrentes dos vínculos de cooperação e interdependência existentes entre diferentes agentes integrantes de uma rede e presentes em um determinado ambiente.

2.4 A Influência de Schumpeter nas Contribuições de Perroux

Muitas das concepções de François Perroux, associadas à sua teoria do pólo de crescimento, foram incorporadas nas abordagens correntes. A “indústria motriz”, segundo Perroux (1967), não apenas aporta sua contribuição para o crescimento global do produto, mas também induz em seu ambiente um crescimento que pode ser atribuído às relações que estabelece com as “indústrias movidas”. Os pólos industriais complexos podem modificar não só o seu “meio geográfico imediato”, como também a estrutura econômica nacional a eles associada.

Nestes pólos, onde existem aglomerações industriais e urbanas, ocorre o fenômeno de intensificação das atividades econômicas, pelo surgimento e encadeamento de novas necessidades coletivas, sejam baseadas em relações mercantis (*traded*) ou, então, em conexões de natureza não mercantil (*nontraded*). As concepções de Perroux marcaram profundamente as propostas de desenvolvimento nos anos seguintes, influenciando, inclusive, a formação da União Europeia e de suas concepções sobre políticas e estratégias de gestão institucional e territorial.

2.5 A Vertente Herdeira das Tradições Marshallianas nos Distritos Industriais e na Organização Industrial

Observando as configurações industriais do século XIX na Inglaterra, Marshall (1972) sugeriu que a acumulação e concentração local de conhecimentos, habilidades e *know how* eram capazes de criar um tipo de “atmosfera” industrial favorável, gerando benefícios econômicos e difundindo inovação. Discorrendo sobre as vantagens da concentração de indústrias especializadas em determinadas localidades, salienta que “[...] se alguém lança uma nova ideia, esta é seguida por outros, que a combinam com novas sugestões, tornando-se, então, fonte de mais novas ideias” (MARSHALL, 1972, p. 225).

Várias das reflexões correntes sobre região vão buscar em seus trabalhos referências para avaliação das externalidades locais que favorecem a concentração geográfica das atividades econômicas e inovativas. Neste contexto, alguns conceitos são chaves. Entre eles situa-se o de “economia externa”. Para Smith (1970, p. 73), economias externas derivadas da aglomeração de empresas de uma mesma base industrial podem funcionar como um fator de redução de custos. Tais economias são derivadas, por exemplo, da presença de sistemas de marketing e pesquisa comuns ou da existência de prestadores de serviços de apoio, tais como reparação de máquinas e equipamentos. Na prática, a decisão de localização não pode ser divorciada do tema da escala de produção.

As reflexões de Marshall foram resgatadas em pelo menos duas diferentes abordagens para o tema da localização: I) nos vários trabalhos na área da organização industrial, no qual se pode incluir não apenas o chamado “Grupo da Califórnia”, como também os trabalhos de Porter; e, II) nos estudos sobre os distritos industriais, elaborados a partir, inicialmente, de observações de algumas experiências de desenvolvimento regional na Itália.

2.5.1 A Corrente da Organização Industrial

No primeiro grupo, bastante diversificado, incluiu-se a corrente que enfatiza as relações entre inovação técnica, organização industrial e localização e na noção dos “novos espaços industriais” – a exemplo de Scott e Storper (2003). Na linha de investigação sobre organização industrial e competitividade empresarial, destacam-se os trabalhos de Porter (2003). Busca identificar os fatores condicionantes das vantagens competitivas de nações, regiões e empresas no mundo global, salientando o papel de certos fatores territoriais, que garantem o dinamismo de empresas líderes no mercado. Sua noção de competitividade associa, em geral, a presença, por um lado, de um elevado grau de competição entre firmas rivais – presentes em um dado território – e, por outro, de colaboração

entre distintos elos da cadeia produtiva. Para o autor, a competitividade regional advém da convivência entre a concorrência e a cooperação, na exploração das competências locais.

Os trabalhos de Porter repercutiram positivamente no âmbito dos estudos organizacionais, ajudando no deslocamento do foco de interesse da empresa individualmente para certos tipos de territórios, caracterizados como “clusters”. Trouxe contribuições relevantes para uma melhor compreensão das associações entre desempenho empresarial, competição, cooperação e competitividade, temas de grande interesse dos analistas organizacionais.

2.5.2 A Corrente dos Distritos Industriais

De acordo com Pyke, Becattini e Sengenberger (1990), os distritos industriais são caracterizados por um grande número de firmas envolvidas em vários estágios e em várias vias de produção de um bem homogêneo, aproximando-se, assim, do conceito que ficou conhecido como distrito marshalliano. Mas, diferentemente das concepções tradicionais, essas novas concepções apresentam a vantagem de incorporar, em suas análises, o conceito de *produção flexível*, além de uma avaliação das sinergias aí geradas como resultantes não apenas de relações mercantis mas também de aspectos culturais, sociais e históricos comuns, presentes naquele território.

Becattini (1994) é um dos precursores desta abordagem. Seu grupo em Florença iniciou um trabalho de organização sistemática do conceito do distrito industrial marshalliano, baseando-se não apenas em características econômicas (externalidades geradas por divisão de trabalho) como também em bases sócio-culturais. Os distritos industriais italianos, localizados na região da Emília Romana, chamaram, inicialmente, a atenção pela capacidade competitiva de suas pequenas empresas, voltadas, em geral, para produção de bens considerados tradicionais. A vantagem destas regiões não era derivada de baixos custos de salário, mas sim da capacidade de especialização e interação existente no interior das aglomerações.

Para Piore e Sabel (1984), as empresas, especializando-se em determinadas atividades específicas da produção, são capazes de responder à demanda de maneira muito flexível, lançando mão de técnicas de produção “similares àquelas associadas aos novos setores manufatureiros das indústrias de produção de massa”. O mundo contemporâneo é palco de uma grande transformação no sistema de produção, caracterizado pela presença de uma “especialização flexível”, resultante da combinação entre métodos artesanais de produção com equipamentos sofisticados e flexíveis, capazes de atender, de maneira mais ágil, à demanda. Dois fenômenos sinalizavam para tal transformação: por um lado, o fato das grandes corporações estarem passando por um processo intenso de enxugamento

de níveis hierárquicos e descentralização, dotando gerentes subalternos com capacidade de decisão e ação e, por outro, a crescente organização de empresas menores em núcleos produtivos, que lembravam os distritos industriais compostos por oficinas artesanais dotadas de grande flexibilidade, existentes no século XIX, à época de Marshall.

Várias das concepções originais destes autores encontraram ampla ressonância na literatura corrente sobre organização produtiva, especialização territorial e competitividade e vêm gerando um grande conjunto de seguidores e a proliferação de um rico e diversificado acervo de natureza empírica, inclusive no contexto dos estudos organizacionais. De realce, em particular, temas associados aos benefícios advindos da economia de escala e ao escopo da produção flexível por meio da especialização, terceirização empresarial e cooperação organizacional.

2.6 A Influência da Sociologia Econômica

A temática das interações e das redes permeia, em maior ou menor grau, várias das abordagens sobre aglomerações produtivas. A sociologia econômica vem se destacando na concepção de um rico referencial analítico, que se utiliza do conceito de redes, sendo de particular importância as concepções associadas ao “enraizamento” ou *embeddedness* (GRANOVETTER, 1985; 2005). Na origem da definição de *embeddedness* encontra-se Polanyi (1985).

Granovetter reformulou o conceito de Polanyi e foi o responsável pela sua incorporação e ampla repercussão nas ciências sociais em geral, influenciando a sociologia, a antropologia, a economia e, em particular, a teoria das organizações. Para ele, as instituições e as transações econômicas encontram-se enraizadas (*embedded*) em redes sociais e não podem ser analisadas e avaliadas abstraíndo-se de suas raízes sociais. O conceito de *embeddedness*, como concebido originalmente por Granovetter, não realça, de maneira particular, as dimensões espaciais da relação. Tal associação foi ficando mais proeminente com o tempo, devido a correlações, à primeira vista óbvias, entre proximidade física, identidade cultural e emocional. Pode-se afirmar que o conceito de *embeddedness* territorial encontra forte sintonia com concepções prévias, provenientes da economia regional ou em estudos das aglomerações produtivas, como explicitadas por Perroux ou Marshall.

Várias das investigações correntes sobre aglomerações produtivas incorporaram ou estão incorporando esse conceito. Alguns dos expoentes das abordagens sobre distritos industriais e sobre sistemas produtivos e inovativos locais vêm se utilizando do conceito de *embeddedness*, a exemplo de Malerba (2005). A vertente da geografia econômica, associada à Escola Californiana, passou, a partir da década de 1990, a utilizá-lo em

suas análises. A discussão sobre redes e *embeddedness* territorial vem provocando o surgimento de um grande conjunto de estudos e pesquisas (ver, por exemplo, SAYER, 2000; GRABHER, 1993; VALE, 2007a; 2007b).

3 Considerações Finais

Como visto, as abordagens correntes foram capazes não só de resgatar e consolidar proposições e conceitos derivados de diferentes vertentes teóricas, como, também, de ir além, forjando um conjunto original de concepções e propostas para tratamento das aglomerações produtivas, desenvolvimento local e competitividade empresarial. Pode-se observar que existe uma grande interpretação e influência recíproca entre as várias abordagens, apesar de algumas divergências internas, geradas, sobretudo, pela presença de diferentes pressupostos e premissas. A Figura 1 (a seguir) retrata a evolução e a situação atual das principais vertentes de pensamento que vão desaguar na temática das aglomerações produtivas, segundo a linha de investigação aqui adotada.

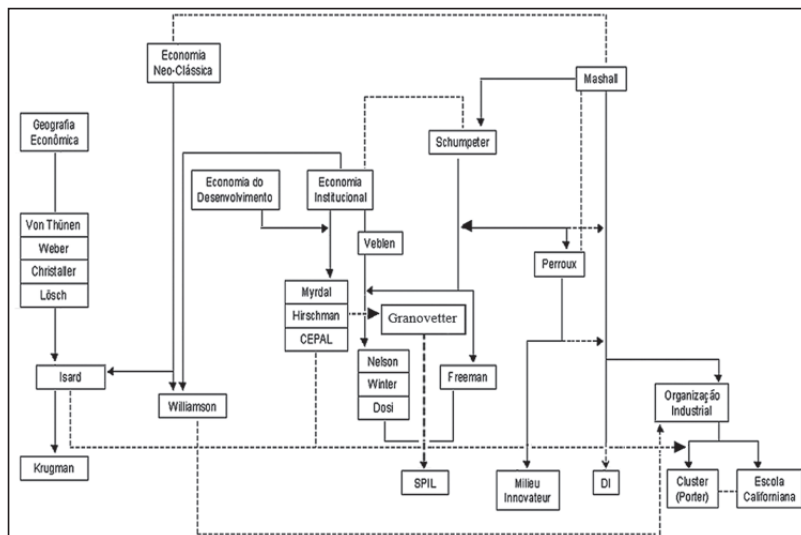


Figura 1 – Aglomerações Produtivas: Principais Blocos de Contribuições Teóricas

Fonte: Elaborada pelos autores.

No contexto das reflexões sobre as novas conformações organizacionais caracterizadas como aglomerações produtivas locais, existem três grandes blocos mais integrados de reflexão, que caracterizam as principais tipologias de análise sugeridas neste estudo. Observando-se as conexões presentes na Figura 1, pode-se verificar o papel particular desses três conjuntos. Situa-se,

em primeiro lugar, a *tipologia de análises regionais de inspiração neoclássica* que incorporam as vertentes mais associadas às concepções da economia neoclássica, coerente com pressupostos de racionalidade estrita, onde se insere, por exemplo, Krugman. São herdeiras diretas da “economia regional”, que foi, por sua vez, capaz de resgatar produções pontuais passadas – advindas, sobretudo da geografia econômica –, gerando um grande acervo de reflexões e concepções fundamentais, que evoluíram e atingiram seu pico na década de 1970. Os analistas organizacionais mantiveram-se mais distantes dessa linha de reflexão e formulação, que prosperou no âmbito de algumas vertentes de análise econômica.

Em segundo lugar existe a *tipologia de análises regionais sobre organização industrial*. Situa-se aí a vertente herdeira direta de Marshall, na qual se destacam dois tipos de literatura: I) distritos industriais, com sua ênfase no papel das aglomerações na geração de externalidades e de ativos relacionais; e II) cluster, enfatizando a dinâmica territorial da competição (entre empresas concorrentes) com a cooperação (ao longo da cadeia produtiva). Ambas vêm merecendo grande atenção por parte de analistas organizacionais, preocupados com o estudo das redes empresariais, da especialização produtiva e da produção flexível.

Em terceiro lugar vem a *tipologia de análises regionais de inspiração institucional*. Aí se localizam duas linhas alternativas de reflexão: a primeira, representada por Williamson, com a teoria dos custos de transação; e, a segunda, representada pela economia institucional evolucionária, com forte influência de Schumpeter – onde se incluem as concepções dos sistemas produtivos e inovativos locais. Os analistas organizacionais vêm oferecendo contribuições significativas a esse campo de conhecimentos. A ênfase no papel das instituições, na natureza da governança e na importância da interação empresarial e da inovação como sustentáculos do desempenho e da competitividade empresarial e do desenvolvimento local encontram eco entre as preocupações das teorias organizacionais.

Como visto, em cada tipologia existe um determinado escopo de possibilidades de abordagens e enfoques de estudos e pesquisas, em função dos respectivos conceitos e pressupostos básicos inerentes. Para pesquisadores interessados, por exemplo, na temática das estruturas de governança, a investigação poderá enfocar aspectos da cooperação empresarial local capazes de reduzir os custos de transação, incrementando a competitividade da região. Tal preocupação insere-se no corpo teórico-conceitual associado a uma das vertentes da teoria institucional, em particular no contexto da Teoria dos Custos de Transação. Já o pesquisador da vertente dos distritos industriais, de inspiração marshalliana, demonstrará uma maior preocupação com os temas da especialização flexível, da terceirização, da complementaridade empresarial, da escala produtiva e suas repercussões

no diferencial competitivo do território. Os pesquisadores mais identificados com a vertente dos sistemas produtivos e inovativos locais – que se insere no escopo das reflexões da nova economia institucional evolucionária – poderão dirigir suas investigações para a importância do conhecimento tácito, da capacidade de inovação e de interação entre as empresas e organizações presentes no território, para a observação de como são geradas novas rotinas, capazes de modificar, inclusive, as instituições e o padrão produtivo regional.

Como elementos salientes em um grande conjunto de análises correntes, situam-se: a concepção do crescimento e do desenvolvimento como um processo de natureza endógena; uma íntima associação entre as competitividades empresarial e regional; a vinculação da competitividade nacional a padrões de configuração espacial da atividade produtiva; a importância das conformações organizacionais; a relevância das instituições em geral; o reconhecimento do papel da governança; a ênfase na inovação e no aprendizado como motores do progresso; o papel das economias de aglomeração; a importância dos fatores locais, inclusive de natureza intangível, para a criação de um ambiente propício à inovação; a ampliação do escopo da análise para além da dimensão econômica e do conceito de racionalidade forte; a relevância das interações, inclusive de natureza não mercantil, entre os agentes produtivos; a inserção do local na lógica das cadeias produtivas em âmbito global.

Em cada uma das vertentes de reflexão aqui apresentadas existem incontáveis espaços de investigações, muitos dos quais abertos para o analista organizacional, que já vem imprimindo sua marca. Tais temáticas são de particular importância no mundo atual, onde o coletivo sobrepõe-se ao individual e o local projeta-se na lógica da competição global. Nesse contexto, um território competitivo é vislumbrado e tratado como um grande complexo produtivo, onde as empresas convivem, interagem, cooperam e competem.

Referências

ADLER, P. S. Market, hierarchy and trust: the knowledge economy and the future of capitalism. *Organization Science*, v. 12, n. 2, p. 215-234, 2001.

AYDALOT, P. *Milieux innovateurs en Europe*. Paris: GREMI, 1996.

BAUM, J. A. C. Ecologia organizacional. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1999. p. 137-195.

BECATTINI, G. O distrito marshalliano: uma noção socioeconômica. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. *As regiões ganhadoras: distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras, Portugal: Celta, 1994.

BRUYNE, P.; HERMAN, J., SCHOUTHEETE, M. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E., MACIEL, M. (Ed.). *Pequenas empresas: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

FISCHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão: introdução a uma agenda. In: FISCHER, T. (Org.). *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, 2002. p. 12–32.

GRABHER, G. (Ed.). *The embedded firm: on the socio-economic of industrial networks*. London/New York: Routledge, 1993.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

_____. The impact of social structure on economic. *The Journal of Economic Perspectives*, v. 19, n. 1, p. 33-50, 2005.

GRINDLE, M. The new political economy: positive economics and negative politics. In: MEYER, G. (Ed.). *Politics and policy making in development countries: perspectives in new political economy*. San Francisco: International Center for Economic Growth-ICS, 2001.

HIRSCHMAN, A. O. A dissenter's confession: the "strategy of economic development" revised. In: MEIER, G. M.; SEERS, K. *Pioneers in development*. Washington: World Bank, 1984. p. 85-118.

ISARD, W. *General theory: social, political, economic and regional*. Cambridge: M.I.T., 1969.

_____. *Location and space economy: a general theory relating to industrial location, market areas, land-use, trade and urban structure*. Cambridge: M.I.T., 1956.

KRUGMAN, P. *Development, geography and economic theory*. Massachusetts: M.I.T., 1998.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J.; ARROIO, A. *Sistemas de inovação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: UFRJ/Contraponto, 2005.

LUNDEVALL, B. Innovation as an interactive process: from user-production interaction to the national system of innovation. In: DOSI, G. (Ed.). *Technical change and economic theory*. London: Pinter, 1988.

MAILLAT, D. Milieux innovateur et dynamique territoriale. In: RALLET, A.; TORRE, A. (Coord.). *Économie industrielle et économie spatiale*. Paris: Economica, 1995. p. 211-239.

MALERBA, F. Industrial dynamic and innovation: progress and challenges. In: CONFERENCE OS EUROPEAN ASSOCIATION FOR RESEARCH IN INDUSTRIAL ECONOMICS, 32., 2005, Porto Rico. *Proceedings...* Porto Rico, 2005.

MARCH, J. G.; SIMON, H. A. *Organizations*. New York: John Wiley & Sons, 1958.

MARSHALL, A. *The principle of economics*. London: Macmillan, 1972.

MEIER, G. M.; STIGLITZ, J. E. (Ed.). *Frontiers of economic development: the future in perspective*. New York: Oxford University, 2002.

MYRDAL, G. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1960.

PAULA, J. Territórios, redes e desenvolvimento. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Brasília: Relume Dumará, 2004. p. 73-84.

- PERROUX, F. *A economia do século XX*. Lisboa: Livraria Morais, 1967.
- PIORE, J. M.; SABEL, C. R. *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. New York: Basic Books, 1984.
- POLANYI, K. The economy if instituted process. In: GRANOVETTER, M.; SWEDBERG, R. (Ed.). *The sociology of economic life*. San Francisco: Westview, 1985.
- PONDÉ, J. L. Instituições e mudança institucional: um abordagem schumpeteriana. *Economia*, Brasília (DF), v. 6, n. 1, p. 119-160, 2005.
- PORTER, M. E. *Competitive strategy*. New York: Free Press, 1980.
- _____. Clusters e competitividade. *HSM Management*, v. 3, n. 15, p. 100-110, jul./ago. 1999.
- _____. The economic performance of regions. *Regional Studies*, v. 37, n. 6, p. 549-578, aug./oct. 2003.
- PYKE, F.; BECATTINI, G.; SENGENBERGER, W. *Industrial districts and inter-firms cooperation in Italy*. Geneve: International Institute for Labor and Studies, 1990.
- SACHS, I. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond Univesitária, 2004.
- SAYER, A. *Markets, embeddedness and trust: problems of polysemy and idealism*. Lancaster, LA: Lancaster University/Departament of Sociology, 2000.
- SCOTT, A.J.; STORPER, M. Regions, globalization, development. *Regional Studies*, v. 37, n. 5, p. 569-593, aug./oct. 2003.
- SEN, A.K. What is development about. In: MEIER, G. M.; STIGLITZ, J. E. (Ed.). *Frontiers of economic development: the future in perspective*. New York: Oxford University, 2002. p. 506-513.
- SENGENBERGER, W.; PYKE, F. (Ed.). *Industrial districts and local economic regeneration*. Geneve: International Institute for Labour and Studies, 1992.
- VALE, G. M. V. Reinventando o espaço para a construção de territórios competitivos. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Brasília: Relume Dumará, 2004. p. 301-323.
- _____. Laços como ativos territoriais: uma nova abordagem para o desenvolvimento territorial. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, v. 29, n. 2, p. 34-42, 2006.
- _____. *Territórios vitoriosos: o papel das redes organizacionais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007a.
- _____. Redes organizacionais e desenvolvimento territorial. *Redes*; Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 3, p. 74-98, 2007b.
- WILLIAMSON, O. E. *Markets and hierarchies: analysis and antitrust implications*. New York: The Free Press, 1975.
- _____. The economics of governance. *The American Economic Review*; v. 95, n. 2, p. 1-18, 2005.

Recebido em: 12/11/2008.
Aceito em: 03/02/2009.